

# Um olhar sobre a leitura e educação brasileiras representadas em revistas e romances das décadas de 1960 e 1970

ILANE FERREIRA CAVALCANTE

## RESUMO

Este trabalho se trata de recorte de minha tese de doutorado intitulada *Faces de mulheres no Brasil das décadas de 1960 e 1970*. Neste recorte, privilegio a análise da representação da leitura e da educação que surgem em duas revistas brasileiras e dois romances da escritora paulista Lygia Fagundes Telles, todos publicados ao longo das décadas de 1960 e 1970. As revistas são *Veja e Realidade*. Os romances, *Verão no aquário*, publicado em 1964 e *As meninas* cuja primeira publicação data de quase dez anos depois, 1973. Nessa análise, que cruza gênero, história e literatura, procuro observar a forma como a educação é representada nas fontes, de forma a pensar os valores que geraram a configuração social das décadas de 1960 e 1970 no Brasil. Essa análise inclui pensar o tipo de leitura que circulava na sociedade. Dessa forma, traço um perfil das leituras dos jovens e elaboro um breve relato sobre a forma como a educação se modificava em face do regime político ditatorial em que o país se encontrava.

## PALAVRAS-CHAVE

História, leitura, educação, representação, configuração.

## ABSTRACT

This work is part of my thesis entitled *Faces of women in Brazil along the 1960s and 1970s*. Here I choose to analyze the reading and education practices represented in two magazines and two novels published along these decades. The magazines are *Veja* and *Realidade*. The novels are *Verão no aquário* (1964) and *As meninas* (1973) that were written by Lygia Fagundes Telles. This analyze tries to connect history and literature observing the way education is represented in the sources, and also the values and signs that generated the specific configuration of that decades in Brazil. It also tries to understand the kinds of reading that young people used to have at that time in order to draw a profile of these young people' readings and build a report about the most important changes that occurred in the educational system during the dictatorial period.

## Key words

History. Reading. Education. Representation. Configuration.

Este é tempo de partido,  
Tempo de homens partidos  
(...)

Calo-me, espero, decifro.  
As coisas talvez melhorem.  
São tão fortes as coisas!

Carlos Drummond de Andrade (1945)

## INTRODUÇÃO

**E**ste trabalho se trata de recorte de minha tese de doutorado intitulada *Faces de mulheres no Brasil das décadas de 1960 e 1970*, sob o viés do estudo do gênero, que é uma opção no percurso da pesquisadora. Neste recorte, privilegio a análise da representação da leitura e da educação que surgem em duas revistas brasileiras e dois romances da escritora paulista Lygia Fagundes Telles, todos publicados ao longo das décadas de 1960 e 1970. As revistas são *Veja e Realidade*. Os romances, *Verão no aquário*, publicado em 1964 e *As meninas* cuja primeira publicação data de quase dez anos depois, 1973<sup>1</sup>.

As revistas foram escolhidas não só pela possibilidade de acesso, mas por sua diversidade. São revistas de grande circulação. A *Veja*, cuja estréia se deu em 1968 e é publicada até os dias atuais, tem periodicidade semanal, se preocupa em trazer informações de caráter genérico, com seções sobre finanças, política e cultura. A *Realidade*, que circulou entre os anos de 1966 a 1975, tinha uma periodicidade mensal e era mais voltada para as grandes reportagens, trazendo diversos resultados de pesquisa e estudos sobre o Brasil.

Em confronto com os periódicos, analiso representações literárias extraídas dos dois romances de Lygia Fagundes Telles. *Verão no aquário* apresenta Raíza, moça muito jovem, de idade indefinida, pertencente a uma família antiga e, antes, abastada. Raíza tem um comportamento de revolta, mágoas antigas geram um conflito constante com sua mãe, Patrícia, com quem convive mas não consegue se comunicar. Vive com a mãe, a tia Graciana e Dionísia, a empregada da família. Recebe visitas frequentes da prima Marfa, outra jovem cheia de conflitos, principalmente psicológicos, gerados pelas relações familiares. Mas a comunicação com a prima, sua melhor amiga, também parece impossível, elas se mantêm isoladas em seus mundos de

---

<sup>1</sup> Neste trabalho utilizo a 11ª edição de *Verão no aquário* (1998a) e a 32ª edição de *As meninas* (1998b), diferenciados pelas letras a e b, por terem publicação no mesmo ano.

pensamentos, sonhos e ilusões. Ambas trabalham ocasionalmente como tradutoras e revisoras de texto. Patrícia, a mãe, é escritora, o que leva a configurar o tipo social feminino com o qual estou lidando, mulheres que não só têm acesso à cultura, como também a produzem. Raíza e a prima bebem, ocasionalmente usam drogas e têm vários amantes, saem sozinhas à noite e não voltam para casa antes do amanhecer do dia. São jovens que buscam o amor, a felicidade e um destino diferente das mulheres que as antecederam.

*As meninas* é um romance em que o panorama político do país se apresenta com maior força. Lygia Fagundes Telles ousou apresentar a história de uma militante de esquerda em plena ditadura militar, pois lançou o livro no auge da repressão política. As personagens principais são três moças (Lorena, Lia e Ana Clara), novamente sem idade definida, porém bastante jovens, morando num pensionato religioso durante a década de 1970.

Lorena vem de uma família de classe social elevada, é uma mulher culta, estudante de Direito, que cita vários autores da literatura durante seus monólogos interiores. Apresenta, porém, uma grande insegurança emocional. Ainda criança perdera um dos irmãos num acidente doméstico: um irmão matou o outro com um tiro acidental. Também perdeu o pai e sua relação com a mãe não é das melhores. Lorena tem uma grande dificuldade de se relacionar e passa grande parte do seu tempo trancada em seu quarto pensando no amor platônico que sente por um professor.

Lia é baiana e foi para uma cidade maior, supostamente São Paulo, estudar e fugir do domínio familiar. De uma situação social apenas remediada, freqüentemente pede dinheiro emprestado a Lorena para as ações revolucionárias do grupo a que pertence. Seus pais são um alemão que fugiu do nazismo, cuja profissão é indefinida, e uma baiana, Dionísia, dona-de-casa. Lia se relaciona, ainda, com um rapaz cujo codinome é Miguel, preso político que ela luta para libertar e, quando consegue, é obrigada a partir ao seu lado para o exílio. Sua partida é indício de realização dos seus sonhos futuros.

Ana Clara nunca conheceu o pai e tem lembranças atormentadas dos freqüentes amantes da mãe que maltratavam e violentavam a ambas. Sua infância e adolescência foram marcadas por constantes explorações sexuais que lhe renderam, entre outros, o trauma de não conseguir alcançar o prazer sexual. Fazia Psicologia na Universidade, mas trancou o curso. Seu maior desejo, aparentemente, é casar com um marido rico que lhe dê uma boa situação financeira e seja cego para suas fraquezas: o álcool e as drogas. Para piorar sua situação, envolve-se com um jovem traficante, a quem ama, mas com quem tem imensa dificuldade de comunicação, e engravida.

O tecido textual dos dois romances se constrói através das memórias, das tentativas de diálogo e das descrições que as jovens fazem de si e dos outros personagens. O período que intercala a publicação desses dois romances é de quase dez anos e, em tal período de tempo, a sociedade brasileira mudou bastante, talvez uma das principais mudanças esteja situada justamente nos papéis e nas funções exercidas pela mulher na sociedade, analisadas mais amiúde através das representações surgidas nas revistas.

O conceito de representação é norteador de toda a discussão que pretendo desenvolver neste trabalho. Acredito, como afirma Bakhtin (1987), ao discutir a ideologia do signo, que as representações não só refletem o contexto em que são construídas, mas também se desviam dele, refratando-o. Bakhtin também afirma que o romance é o gênero que melhor se presta a esse tipo de análise, por representar vivamente o tempo e a sociedade em que se insere.

O romance tornou-se o principal personagem do drama da evolução literária na era moderna precisamente porque, melhor que todos, é ele que expressa as tendências evolutivas do novo mundo, ele é, por isso, o único gênero nascido naquele mundo e em tudo semelhante a ele (BAKHTIN, 1990, p. 400).

Palco das representações da sociedade e do mundo moderno, o romance é o gênero literário que melhor se presta a uma análise de uma sociedade, de um período histórico, de um grupo social. A representação, por sua vez, é uma construção, um ponto de vista elaborado por um determinado indivíduo, ou grupo, que demonstra como em um determinado contexto, a identidade social de um outro grupo ou indivíduo é percebida, dada a ver. Ou seja, a representação possibilita:

...em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças as quais uns “representantes” marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade (CHARTIER, 1990, p. 23).

Chartier demonstra, dessa forma, que a realidade é uma teia em que diferentes grupos sociais se interrelacionam, gerando tensões e equilíbrio dos quais nascem as representações que esses diferentes grupos têm sobre si e sobre os outros.

O conceito de configuração proposto por Elias (1970) demonstra que uma configuração se forma através de redes de interdependências entre sujeitos num determinado jogo social. Ou seja, uma configuração é uma formação social de dimensões variáveis, como uma sala de aula, uma escola ou uma comunidade.

Baseada nesses conceitos, busco traçar um panorama da leitura e da educação que perpassa os periódicos e os romances analisados.

## **Leitura e educação nas páginas de revistas e romances das décadas de 1960 e 1970**

Pensar os valores que geraram a configuração social das décadas de 1960 e 1970 no Brasil inclui pensar o tipo de leitura que circulava na sociedade. Uma das fontes, para uma análise rápida desse fator, pode ser as listas de vendagem publicadas nos periódicos. Figuravam nas listas de mais vendidos os livros de filósofos como Sartre e Marcuse ou de escritores como James Joyce, Baudelaire, Henry Miller. Em 1968 a revista *Veja* apontava entre os mais vendidos, os seguintes livros: *Projeto para o Brasil* de Celso Furtado; *Eros e Civilização*, *Ideologia da Sociedade Industrial* e *Materialismo histórico e existência*, de Herbert Marcuse e *O poder jovem*, de Arthur José Poerner.

Um livro comprado não é sempre um livro lido, mas podemos perceber, a partir dessa lista, pelo menos os temas de maior interesse social. A listagem demonstra que, aparentemente, grande parte da sociedade brasileira procurava temas filosóficos, existenciais. Demonstra, também, a preocupação dos leitores com as questões político-sociais, causada, provavelmente, pelo quadro de repressão que dominava o cenário nacional. Assim como deixa evidente a identificação dos leitores com dois temas predominantes: a sexualidade e a juventude. Interligados ou não.

Um passeio pelas livrarias do país, tal como fizera Caetano pelas bancas de revistas em "Alegria Alegria", reforça essa impressão de que a nossa revolução sexual não começou na cama, mas nas prateleiras; pela teoria, antes da prática. Em cada três livros, garantia uma pesquisa, pelo menos um tratava de questões sexuais (VENTURA, 1988, p. 32/33).

Marcuse era o guru dessa geração. Dois de seus lançamentos no Brasil, *Eros e civilização* e *Ideologia da sociedade industrial*, ficaram na lista dos mais vendidos durante meses. A sua leitura traz os temas que marcaram profundamente essa geração. A negação da sociedade capitalista e a discussão

em tomo do socialismo e de uma sociedade diferente que os jovens buscavam construir.

A geração de 68 talvez tenha sido a última geração literária do Brasil - pelo menos no sentido em que seu aprendizado intelectual e sua percepção estética foram forjados pela leitura. Foi criada lendo, pode-se dizer, mais do que vendo (VENTURA, 1988, p. 51).

Grande parte dos periódicos trazia uma seção dedicada à literatura. Assim é que em *Realidade*, por exemplo, havia sempre a publicação de um conto ou resumo de romance de autor nacional ou internacional. Em seu número de abril de 1970, *Realidade* traz a reprodução de um capítulo do livro *Papillon* de Henri Charrière, de grande sucesso na França, que estava para ser lançado no Brasil. Na década de 1970, a revista dá destaque aos textos literários utilizando papel de uma cor diferente e, no caso de *Papillon*, introduzindo o texto com uma reportagem sobre o autor.

O número de dezembro de 1968, no entanto, apresenta uma conjuntura mais singular. A revista publica uma tradução de *A revolução dos bichos*, de George Orwell. Uma breve apresentação do autor, descreve-o como *escritor de esquerda*. A apresentação do conto, no sumário, revela-o como *uma sátira a todos os tipos de autoritarismo*. Esse número, que sai no mesmo mês em que é promulgado o AI-5, dezembro de 1968, apresenta uma evidente tendência antiditatorial. A capa mostra um retrato de Luiz Carlos Prestes e a chamada afirma: *Este rosto não existe mais*, introduzindo a principal reportagem da revista: uma entrevista com o líder de esquerda. Entre as outras manchetes da capa, destaque: *Copa 70: vamos pela esquerda*. A reportagem apresenta três canhotos que compõem a seleção que irá disputar a Copa do Mundo de futebol: Gérson, Rivelino e Tostão. Dentro da revista a afirmação: *Nestas esquerdas o Brasil confia*. A ênfase na esquerda em várias manchetes, certamente, não é um ato gratuito em um país que vive o recrudescimento de um regime autoritário.

Muitas vezes, a revista *Realidade* traz, também, o resumo de estudos históricos ou filosóficos. A presença da literatura nessas revistas pode ser percebida durante toda a década de 1960 e tende a desaparecer ao longo da década de 1970, acompanhando o processo de modernização por que passou a imprensa brasileira. Numa sociedade em que a televisão dá os seus primeiros passos, o livro ainda é o melhor meio de reflexão sobre o mundo.

o boom editorial do ano indica um tipo de demanda que passava por algumas inevitáveis futilidades, mas se detinha de maneira especial em livros de densas idéias e em refinadas obras de ficção. Nas listas de best sellers,

convivem nomes como Marx, Mao, Guevara, Débray, Luckács, Gramsci, James Joyce, Herman Hesse, Norman Mailer e, claro, Marcuse (VENTURA, 1988, p. 54).

Desde as vanguardas herdadas da década de 1950, como o movimento de poesia concreta, até os mais tardios, como o movimento de poesia marginal, os principais movimentos culturais desse período tinham como meta a conscientização política

Desse ponto de vista, os intelectuais atribuíam a si mesmos a missão de levar às massas uma cultura nacional autêntica que denunciasses os aspectos políticos da vida social brasileira (CARMO, 2001, p. 64).

A *intelligentsia* reformista queria uma revolução que libertasse o povo. O artista procurava se identificar com o povo operário, expressão mais moderna das sociedades industriais. A vanguarda dizia que o operário precisava de um texto racional, que o ensinasse a pensar como a máquina ensinava. Essa visão da literatura como um instrumento de conscientização política permeia a opinião de Lia, personagem de *As meninas* (1998b), e ela o usa como conselho ao jovem militante a quem dá cobertura num esconderijo:

- Não se preocupe em publicar, vai escrevendo. Você não quer ser jornalista? Então é praticar, depois a gente vê. Presta atenção, falar em subdesenvolvimento não é só falar nas crianças, depois dou o número exato das que morrem por dia. Tem o analfabetismo. A multiplicação das favelas. Os retirantes, dê um passeio pelas rodoviárias, escute o que essa gente fala. Vendedores ambulantes com pentes, lápis, giletes. O lixo estourando nas ruas, como se chamam essas bocas que se abrem entupidas nas calçadas? A sujeira dos cafés, restaurantes, privadas, a sujeira apoteótica dessas privadas, a começar pelas da Faculdade, Ô, Pedro! Dê uma ligeira volta por aí e o artigo se faz sozinho no acessório e no principal (TELLES, 1998b, p. 134/135).

O ideal literário de Lia reside na exposição da realidade, na denúncia. Ela pede ao amigo que leia a realidade. E fora do esquema das grandes editoras, grupos de jovens poetas, em geral universitários, instituíram o que hoje se conhece como "poesia marginal". Eles imprimiam seus textos em mimeógrafos e os vendiam nas praças, nas portas dos cinemas, dos teatros ou os pichavam pelos muros da cidade. A poesia marginal:

Desenvolvida sob a mira da polícia e da política dos anos 70, foi uma manifestação de denúncia e de protesto, uma explosão de literatura geradora de poemas espontâneos, mal-acabados, irônicos, coloquiais, que falam do

mundo imediato do próprio poeta, zombam da cultura, escarnecem a própria literatura (CAMPEDELLI, 1995, p. 10).

Muitos dos poetas dessa geração marginal tinham na vida o mesmo comportamento que expressavam através de sua poesia, desviante, arrebatador, revolucionário. Amavam livremente da mesma forma com que tratavam a matéria poética, muitos deles sujeitos a mortes súbitas por overdose ou crises de depressão, como Torquato Neto e Ana Cristina César.

Onipotente, generosa, megalômana, a cultura pré-64 alimentou a ilusão de que tudo dependia mais ou menos de sua ação. Ela não só conscientizaria o povo como transformaria a sociedade, ajudando a acabar com as injustiças sociais. Essa ilusão terminou em 64; a inocência em 68 (VENTURA, 1988, p. 44).

Essa ilusão de mudança e essa inocência foram as principais responsáveis pela capacidade de imaginação, da juventude, que acreditava na possibilidade do Brasil ser uma nova Cuba. Ilusão que alimentou os jovens militantes de esquerda, os guerrilheiros e parte da literatura de sucesso na época. Para essa geração, anterior à ditadura, todos os caminhos estavam abertos e eles queriam experimentar de tudo. Assim, a leitura expressa ou representada em periódicos e romances do período serve como instrumento de configuração histórica.

O indivíduo deixa entrever através do que lê e do que cita, a sua postura diante da vida, seus valores, suas ilusões, seus desejos. Ao produzir seu próprio texto, o leitor seleciona, se apropria do texto do outro, combina e inventa. “A fina película do escrito se torna um remover de camadas, um jogo de espaços. Um mundo diferente (o do leitor), e introduz no lugar do autor” (DARNTON Apud BUKE, 2000, p. 49).

Lygia Fagundes Telles percebe o texto como essa tessitura que mistura experiência vivida, ou seja, memória da experiência, influências de autores lidos, ou memória da leitura, e invenção, criação do próprio autor. Suas personagens revelam-se também leitoras.

Torna-se, assim, a tematização da leitura lugar privilegiado para o tecimento desta história não só por representá-la ou questioná-la, mas, principalmente, por tecê-la a partir da linguagem em que se criam tais leitores de papel e tinta (LAJOLO e ZILBERMAN, 1999, p. 17).

Em todo momento é possível deparar-se com referências de leituras que guiam os leitores nas possibilidades de interpretação do texto. Essas referências fazem parte da configuração histórica em que as personagens estão inseridas, como as constantes alusões *d'As Meninas* à Che Guevara, símbolo do

movimento revolucionário que caracteriza as décadas de 1960 e 1970, sendo elevado à condição de mito e ídolo da juventude depois de sua morte e até hoje. Elas chegam a imaginar um diálogo com ele, sobre o livro que Lia começara a escrever.

"Que ciudad é esa?" ele perguntaria na maior perplexidade. 'Tercer mundo?'. Terceiro Mundo. 'Y huele a duazno?' Na opinião de Lia de Meio Shultz, cheira. Ele então fecharia os olhos e sorriria um sorriso onde era a boca. 'Estoy bien lista com esas mis discipulas!' (TELLES,1998b, p.9).

Lia, a personagem comunista e militante do romance, escolhe suas leituras pelo viés da ideologia. Ao revelar os hábitos de leitura da amiga, Lorena revela também como essa visão extremamente ideológica pode, às vezes, adotar uma postura tão tradicionalista quanto a ideologia que pretende derrotar:

Examinou meio distraidamente o livro que Lia devolvera com várias páginas marcadas de vermelho, tinha o hábito (péssimo) de assinalar o que a interessava não só nos próprios livros mas também nos alheios. Deteve-se no trecho indicado por uma cruz mais veemente: "A Pátria prende o homem com um vínculo sagrado. É preciso amá-la como se ama a religião, obedecer-lhe como se obedece a Deus. É preciso dar-mo-nos inteiramente a ela, tudo lhe entregar, votar-lhe tudo. É preciso amá-la gloriosa ou obscura, próspera e desgraçada (TELLES, 1998b, p. 58).

A citação deixa entrever a postura apaixonada de Lia diante de um ideal de pátria que tanto serve a ela, militante de esquerda, quanto a outro qualquer, militante de um grupo de extrema direita. Quaisquer dos grupos estariam dispostos a entregar a própria vida em nome de um ideal.

Lorena prefere poesia. "Leio bem poesia", diz. Poesia e música, televisão não, "porque acho aquilo o fim". Toda a sua postura revela um *status* social mais elevado. Ela compreende a postura ativa e militante de Lia, mas não se imagina tomando o mesmo rumo:

Também amo esse povo, Lião, não precisa me olhar assim. Amor cerebral, reconheço, que outro gênero de amor pode ser? Se não me misturo na tal massa (morro de medo dela) pelo menos não fico esnobando como faz Aninha (TELLES, 1998b, p. 60).

Ana Clara, por outro lado, esnoba, pois essa é sua forma de fingir um *status* que não tem, que nunca teve. Suas leituras também aparentam algo que não corresponde à verdade, diz Lorena:

Ela abre meus armários, empresta minhas coisas, usa minha esponja de zona norte na zona sul e só não leva meus livros porque na realidade gosta mesmo de romances supersonho. E das histórias de Luluzinha. Nega. Imagine, sempre que pode passeia com um Hermann Hesse ou um Kafka debaixo do

braço, ambos da minha estante, diga-se de passagem. Mas só para constar (TELLES, 1998b, p. 61).

Para Ana Clara, a escolha das leituras obedece a dois movimentos: as leituras para mostrar e as leituras para ter prazer. Sua postura social declina de um posicionamento crítico, como Lorena. Ela deseja, apenas, a aparência de pertencer a um estrato social que almeja. Torna-se um arremedo, uma cópia daquilo que deseja ser.

As personagens de Lygia Fagundes Telles têm sempre uma citação a fazer, ou uma opinião a emitir sobre um determinado livro, estilo literário ou autor, não importa a sua condição social. Ana Clara, por exemplo, que pela própria condição de vida deveria ser a menos culta das três meninas, sabe distinguir Chopin e Mozart; Van Gogh e Hieronimus Bosch. Evidentemente seu conhecimento artístico é inferior ao de Lorena, e menos profundo, mas se percebe que ela leu e conhece alguns dos autores que cita.

Além disso, as meninas do romance fazem citações em Latim e em francês, criticam a visão dos intelectuais, aludem à educação, ouvem de Jimi Hendrix a Bach e são capazes de críticas concernentes às artes em geral como o comentário de Lia sobre a produção literária das minorias, especificamente, a mulher e os homossexuais: “Literatura, bah!. As mulheres já estão encontrando sua medida. Eles virão em seguida acho que no futuro só vai haver andróginos - digo e fico rindo”(TELLES, 1998b, p.133).

As citações ou referências vão de autores clássicos a modernos, passando pelos românticos brasileiros, como Gonçalves Dias, e indo até Hilda Hilst, autora da mesma geração de Lygia Fagundes Telles. Presumo ser Hilda Hilst a surgir através das iniciais citadas na fala de Lorena: “A poeta H. H. descreveu-a. Dentro do prisma, a base, o vértice de suas três pirâmides contínuas (TELLES, 1998b, p.133)”. De Carlos Drummond de Andrade, grande amigo da autora, ocorre a apropriação de versos como “Trouxeste a chave?” (TELLES, 1998b, p. 106), introduzidos em diálogos das personagens.

As referências de leitura revelam o modo de ser das personagens, suas opções ideológicas, sua postura diante de Deus e da vida. A própria Lorena exemplifica isso ao definir seu relacionamento com a poesia: “consulto poesia como o paizinho consultava o Velho Testamento ” (TELLES, 1998b, p. 106).

Nos diálogos entre Lorena e Lia, a disputa ideológica que se traduz através de suas leituras, resvala das preferências políticas para as suas próprias experiências com o amor, com a sexualidade, com drogas.

Até as unhas dos pés cheguei a fazer outra noite enquanto Lião curtia Simone de Beauvoir. De Simone de Beauvoir para o sexo, foi um passo, porque o primeiro sexo, porque o terceiro sexo, porque o segundo. Como fatalmente acontece, partimos para o próprio. Então o sangue de Herr Karl Marx pairou sobre todas as coisas. Apertou meu braço com tanta força que até gemi:

"Não vai me dizer que continua virgem, putz." Suspirei. Vou, querida, vou (TELLES, 1998b, p. 114).

As jovens do romance *As meninas* (1998b) são estudantes universitárias. Estão, justamente, no momento em que o livro as apresenta, vivendo um período de greve na universidade onde estudam. Uma delas, Lia, milita num movimento de esquerda. Esses fatores denotam a importância de uma investigação sobre o espaço educacional do país nesse período em que, como em tantos outros, a educação foi muito utilizada como mercadoria e instrumento de controle.

O Brasil atravessou várias leis de reforma educacional no período de 1960 a 1979. Todas com profunda influência dos Estados Unidos, sob o rótulo de "cooperação técnica". Entre 1964 e 1968 essa cooperação se deu em caráter sigiloso. Depois, através dos contatos entre MEC (Ministério de Educação e Cultura) e USAID (United States Agency for International Development) estabelecidos como urna aliança para o progresso, as influências foram explícitas e até alardeadas. Resultaram daí doze acordos envolvendo os ensinos primário, médio, superior, o treinamento rural e a área de produção de livros didáticos. É fácil identificar esses acordos nas entrelinhas das constantes propagandas dos novos livros didáticos distribuídos pelo governo militar. Eles alardeiam uma nova forma de ensino, uma nova tecnologia educacional. Principalmente para crianças, sugerindo urna modernização do processo educacional. É fruto também desses acordos, a criação, em 1969, da disciplina Educação Moral e Cívica, versão adaptada da Doutrina de Segurança Nacional, espécie de estatuto que ditava as orientações ideológicas dos diversos governos militares durante esse período.

A revisão dos rumos que a educação tornou, através dos acordos, decretos, das decisões oficiais, oferece a possibilidade de estabelecer algumas das causas que levaram o Brasil a tantos movimentos estudantis, a tantos protestos, a tantas tentativas de reforma.

Como o que surge das fontes é a imagem de um país que se firma sobre a noção de um país jovem, tento entender como esse país que se proclama jovem, ao mesmo tempo, reprime a atitude jovem de mudança que se espraia pelos centros de ensino secundário e universitário.

Em 1968, ano símbolo da crise juvenil em todo o mundo, os estudantes brasileiros realizavam passeatas, ocupações de prédios e manifestações nas ruas. Principalmente, os estudantes universitários. Anísio Teixeira (1999) comentava, então, em artigo publicado no jornal *Folha de São Paulo*, que a crise universitária se dava por vários fatores que haviam levado a universidade a se afastar de seu alvo maior - o estudante.

Os modelos universitários em que o Brasil baseou a formação de sua universidade moderna sempre privilegiaram a participação direta e ativa do estudante no processo de ensino-aprendizagem. No entanto, é exatamente essa participação que então se criticava por parecer uma revolução.

Os fatos novos foram o gigantismo das universidades, o inesperado aumento da matrícula, a extrema complexidade dos estudos e, sobretudo, a distribuição do ensino superior por três níveis distintos, o do preparo propedêutico, o do preparo de formação (profissional e especializado) e o da pesquisa e estudos avançados. Esses fatos aumentaram a distância entre o professor e o estudante, não só em cada nível, mas entre os níveis entre si (TEIXEIRA, 1999, p. 285).

Em 7 de dezembro de 1969, o então Ministro da Educação Jarbas Passarinho, em artigo na revista *Veja*, intitulado *O a b c do ministro* discute problemas e possíveis soluções para a crise educacional brasileira.. No ano seguinte, a revista *Realidade* apresenta uma extensa entrevista com o ministro cuja chamada de capa promete: *Vou balançar o país*. O que o governo pretende é iniciar uma campanha de educação para atingir 7 milhões de crianças nas faixas de 7 a 14 anos na primeira etapa e 20 milhões de adultos entre 15 e 35 anos na segunda etapa. O que o ministro nega, claramente, é o método Paulo Freire e a conscientização política da população, como ele mesmo afirma no seguinte trecho da entrevista:

REALIDADE - Isto se aplica ao chamado "método Paulo Freire"?

PASSARINHO - A esse e a outros, como um que eu vi, preparado por determinados padres. O esquema da cartilha era assim: na letra C, entra camponês. Mostra-se o que é um camponês, a vida que o camponês tem no Brasil, etc. Na letra J, é João, o camponês, o avô de João era camponês, o pai de João era camponês, seus filhos serão camponeses. Numa palavra: a imagem de um país de estratificação social rígida, sem nenhuma mobilidade vertical. Ao falar do camponês, a cartilha define: "O camponês é aquele que trabalha a terra estranha e ele tem de pagar pela terra que usa". Até aqui, estou de acordo. Vamos botar na consciência desse homem que é preciso ele valer mais. Só que não adianta produzir homens revoltados sem dar uma saída para seu impasse, a não ser o arrombamento da porta. Mas, se nós dissermos que o latifúndio improdutivo não deve existir, e que é possível acabar com ele sem portas arrombadas é outra coisa (*Realidade*, Mar./1970).

A intenção do ministro é diminuir radicalmente o analfabetismo no país usando métodos neutros, ou seja, que não carreguem nenhuma conotação política. Questionado se dispõe de métodos neutros para tanto, ele responde que colocou um anúncio no jornal pedindo colaboração para alfabetizar o Brasil e recebeu mais de seiscentas cartas com sugestões.

Estou jogando idéias, discutindo e ouvindo opiniões. Pretendo, entre outras coisas, incluir a empresa privada nesse esquema. (...) Meus senhores, eu monto meu programa. E, no regime democrático, no regime de liberdade individual, acabo em quatro anos com essa taxa de analfabetismo (*Realidade*, Mar./ 1970).

O ministro discute mudanças também no ensino médio e superior. Sempre com o mesmo empenho verbal, mas enfatizando que não dispõe de verbas suficientes, ou de planos articulados. Afirma que está construindo suas idéias e pretende colocá-las em prática através da mobilização social. Acredita que só com a participação voluntária dos cidadãos é possível mudar a educação. Essa participação, no entanto, precisa ser articulada pelo governo pois, questionado sobre o que entende sobre liberdade de cátedra, ele afirma:

Eu não quero voltar ao século XIX, portanto sou a favor. Mas não admito que a cátedra permita que um professor se utilize despudoradamente de um auditório cativo para vender suas idéias políticas. Nem as da Revolução, nem quaisquer outras (*Realidade*, Mar., 1970).

Sua opinião não varia muito quanto aos estudantes. Ele defende a participação estudantil na gestão universitária, contanto que isso não signifique a defesa de idéias políticas. O ministro Jarbas Passarinho se coloca contra o Decreto-Lei 477, de 26 de fevereiro de 1969, que:

atribuía às autoridades universitárias e às autoridades educacionais (o MEC) o poder de desligar e suspender estudantes envolvidos em atividades que fossem consideradas subversivas, isto é, perigosas para a segurança nacional. Durante o tempo de suspensão (três anos) os estudantes atingidos ficariam impedidos de se matricular em qualquer outra escola de nível superior do país. Previa, também, a demissão de funcionários e professores surpreendidos nas mesmas atividades, impedindo-os de trabalhar no ensino superior brasileiro durante cinco anos (CUNHA, 1988, p. 241).<sup>1</sup>

Na opinião do ministro, essa é uma *lei draconiana*. Ele reconhece que certas disciplinas exigem o trabalho com aspectos ideológicos, mas critica duramente os professores que inserem um pensamento crítico à situação do

país em suas disciplinas e não apresenta nenhuma esperança para os professores aposentados pelo AI-5.

O pensamento do ministro é o da ditadura tanto no que tange às universidades quanto aos movimentos estudantis. Para ele e para o regime que representava, tudo se resumia numa solução: o tratamento de choque. Tratava-se, como num ritual de inquisição, de expulsar o demônio da rebelião daqueles corpos jovens, substituindo-o pelo anjo da subordinação. Para que esse objetivo do mundo ocidental cristão fosse alcançado, valia tudo: suspender, prender e torturar estudantes; demitir professores, invadir faculdades, assembléia estudantil, intervir policialmente nas entidades estudantis, proibir qualquer tipo de reunião ou assembléia estudantil; acabar com a participação discente nos órgãos colegiados da administração universitária; decretar ilegalidade da UNE (União Nacional dos Estudantes); das Nações Estudantis nos Estados e dos Diretórios Acadêmicos; deter, enfim, todo o movimento estudantil no país. Toda essa repressão era favorecida pela indulgência geral com que era visto qualquer plano disposto a erradicar o fantasma do comunismo no país.

A primeira entidade a sofrer repressão do governo militar foi a UNE. Invadida, saqueada e queimada pela polícia militar, nas primeiras horas do golpe, por determinação do Marechal Castelo Branco. Logo depois, a destruição toma o espaço da Universidade de Brasília, o mais moderno centro universitário do país. Foram vasculhadas todas as suas dependências, destituídos seus professores, queimados os seus livros, desmantelada a sua biblioteca, postos em pânico seus alunos. O reitor dessa universidade, o educador Anísio Teixeira, parte para o exílio, trabalhando como professor nas Universidades de Colúmbia e da Califórnia, “a convite das mesmas, que se manifestaram contra a atitude do Governo Castelo Branco, que incluiu Anísio Teixeira no inquérito administrativo da Universidade de Brasília” (MENDONÇA Apud TEIXEIRA, 1999, p. 17).

O governo do Marechal Castelo Branco institucionaliza a repressão contra os estudantes através da Lei nº 4.464 de 9 de novembro de 1964, conhecida como a Lei Suplicy de Lacerda que visou, especialmente, a extinção do movimento estudantil brasileiro, destruindo a autonomia e a representatividade desses movimentos ao transformar as entidades estudantis, em todos os escalões, em apêndices do Ministério da Educação. Pelo documento, a UNE é substituída pelo Diretório Nacional dos Estudantes e as Uniões Estaduais, pelos Diretórios Estaduais. Impedia-se, através de restrições variadas, o livre curso do diálogo entre o diretório acadêmico e os alunos. A Lei Suplicy foi amplamente repudiada pelos estudantes, mas se manteve de forma a limpar a área onde se planejava implantar os acordos MEC/USAID.

A USAID foi o principal instrumento da atuação norte-americana no Brasil, mas não foi o único, atuaram a seu lado a Organização de Alimentos para a Paz, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Exibank.

Os acordos MEC/USAID cobriram todo o espectro da educação nacional, isto é, o ensino primário, o médio e o superior a; articulação entre os diversos níveis; o treinamento de professores; assim como a produção e veiculação de livros didáticos. Os objetivos práticos da USAID no Brasil eram, em síntese:

- 1) Estabelecer uma relação de eficácia entre os recursos aplicados e produtividade do sistema escolar;
- 2) Atuar sobre o processo escolar em nível do microsistema, no sentido de se "melhorarem" conteúdos, métodos e técnicas de ensino;
- 3) Atuar diretamente sobre as instituições escolares, no sentido de conseguir delas uma "função mais eficaz" para o desenvolvimento;
- 4) Modernizar os meios de comunicação de massas, com vistas à melhoria da "informação nos domínios da educação extra-escolar"
- 5) Reforçar o ensino superior, com vistas ao desenvolvimento nacional (ROMANELLI, 2001, p. 210).

De todos os objetivos, no entanto, os predominantes nos programas da USAID, eram os relativos ao ensino superior. A esse respeito, o esquema de "reformulação estrutural" das universidades visa a uma dependência direta das instituições de países subdesenvolvidos às instituições americanas de ensino superior.

Ao todo foram assinados 12 acordos entre o MEC e a USAID, sem se considerar os assinados com os Estados. Ao longo dos anos de 1965 a 1970, os resultados desses acordos vão se fazendo sentir em território brasileiro e se concretizam, definitivamente, através da lei 5.692 de 11 de agosto de 1971.

Em 1969, a *Veja* traz o artigo *Livros de aprender brincando* que enfatiza a mudança na qualidade dos livros didáticos brasileiros. O artigo não menciona a USAID, elogia os novos livros que estimulam a cri atividade infantil e apelam para o aprendizado via a experiência. Esclarece que o Governo Federal pretende substituir todos os livros utilizados na rede pública. O acordo que prevê a cooperação para publicações Técnicas Científicas e Educacionais, firmado em 6 de janeiro de 1967, é o acordo MEC-SNEL-USAID. Por esse acordo, seriam colocados, no prazo de 3 anos, a contar de 1967, 51 milhões de livros nas escolas. O MEC e o SNEL deveriam executar o acordo. Os técnicos da USAID teriam todo o controle sobre a fabricação do livro, incluindo detalhes como elaboração, ilustração, editoração e distribuição, além de orientação às editoras brasileiras no processo de compra de direitos autorais de autores não brasileiros.

O governo, entretanto, não atinge nem a metade da população infantil com os livros didáticos, como afirma a própria reportagem de *Veja* citada anteriormente:

Mas, mesmo com todos esses primeiros sinais positivos de mudança, a situação dos livros didáticos está longe do ideal. Em 1969, 13,5 milhões de crianças se matricularam nas escolas brasileiras. Segundo estudos da Unesco, cada uma dessas crianças deve possuir pelo menos quatro livros. No entanto, a produção brasileira de livros didáticos no ano passado foi de apenas 30 milhões de exemplares, o que significa a média de 2,3 exemplares para cada criança (*Veja*, 26 de Fev.1969).

O que transparece de todos esses acordos é a abrangência da atuação da USAID, que atingiu todos os níveis do sistema de ensino, todos os seus ramos, seu funcionamento, seus instrumentos e sua disseminação. Por outro lado, ao provocarem protestos, os acordos tiveram também o efeito de agravar a crise educacional. A comissão Meira Matos, instituída pelo governo em 1968 para estudar e propor soluções para a crise educacional, teve uma outra função: a de atuar como interventora nos focos de agitação.

O AI - 5 criou as condições ideais para a implantação do novo regime educacional, visto que eliminou toda e qualquer possibilidade de movimentação que contrariasse as normas estabelecidas. Dos estudantes, ele tira o direito ao protesto, do indivíduo, ele tira as garantias individuais públicas e privadas e confere ao Presidente da República plenos poderes de atuação tanto no executivo quanto no legislativo.

A revista *Realidade* apresenta, em 1975, uma reportagem intitulada *Os estudantes retomam a palavra* em que apresenta as formas pelas quais os estudantes reiniciam um processo de organização.

Até pouco tempo, os estudantes estavam recolhidos ao silêncio. Esmagadas nas engrenagens da crise que se abateu sobre as escolas nos últimos anos, as forças estudantis mostravam-se singularmente anêmicas e alheias aos problemas de suas Universidades e do país, em geral (*Realidade*, Jun./1975).

A reportagem alude à ditadura, mas estabelece como causa do desbaratamento dos movimentos estudantis, o Decreto-Lei 477 que restringiu o direito dos estudantes de protestar. O medo, no entanto, marca a foto de abertura da reportagem, que apresenta um grupo de silhuetas de jovens. Fotografados sem rosto, eles evitam o poder repressivo. Um jovem perguntara ao fotógrafo: “- Você quer fotografia só de frente, ou também de perfil?” Alusão às fotos tiradas nas delegacias de polícia para identificar a ficha criminal. Outras

duas fotos mostram os estudantes reunidos. Numa delas, eles estão em uma sala do Diretório Acadêmico do Curso de Psicologia da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), que estampa pelas paredes dizeres como: *pela efetividade das organizações estudantis, ou pela prática da liberdade*.

Os estudantes se movimentam no sentido de derrubar o referido Decreto Lei 477 e já conseguem cerca de dez mil assinaturas de apoio ao seu projeto. O desejo de participar de alguma forma dos acontecimentos políticos do país, o desejo de lutar por mudança, ocasionara o envolvimento de diversos jovens com Grêmios Estudantis e Centros Acadêmicos. Os estudantes foram os responsáveis pelas principais manifestações políticas ocorridas contra o regime militar e foram, também, os mais expostos à repressão.

Entre 1966 e 1967 as principais reivindicações dos estudantes eram a liberdade democrática e a mudança nos rumos da política educacional do Governo Castelo Branco. A princípio restritas aos *campi* universitários, as manifestações foram ganhando as ruas e ampliando suas reivindicações.

Em 1968, o Brasil tinha pouco mais de 270 mil universitários, correspondente a apenas 0,3% da população. O papel que exerceram, porém, foi significativo: tornaram-se porta-vozes do descontentamento contra a ditadura militar e, mais tarde, serviram de quadros para a esquerda clandestina (CARMO, 2001,p.85).

O ano de 1968 marca o período de ebulição e inquietação social, com passeatas, contestações, agitações em vários países, tendo à frente, principalmente, os jovens:

Ocorreu verdadeira revolução nos costumes. Havia necessidade de quebrar velhos tabus e destruir valores estabelecidos. Paz e amor; desbunde, aqui e agora; contra o poder das armas, o poder da flor (flower power), o poder gay (gay power), a liberação feminina (women 's lib) e o poder negro (black power) (CARMO, 2001, p. 50).

*Underground*, à margem, contestando e criticando, reinventando valores e práticas, a juventude assume seu poder. No Brasil toda essa rebelião se somava ao sonho de construir uma sociedade nova através da revolução. As imagens de Che Guevara, Fidel Castro e Mao Tsé Tung embalavam corações e mentes, principalmente de estudantes universitários. Ana Cristina César, então jovem poeta e expressiva crítica literária, analisa o comportamento dos jovens na época e o conceitua como "desviante":

A marginalidade é tomada não como saída alternativa mas sim como ameaça ao sistema, como possibilidade de agressão e transgressão. A contestação é assumida conscientemente. O uso de tóxicos, a bissexualidade, o comportamento exótico são vividos e sentidos como gestos perigosos, ilegais

e portanto, assumidos como contestação de caráter político (CÉSAR Apud CAMPEDELLI,1995, p.11).

A onda da contracultura assume sua maior altitude entre 1967 e 1968. Os jovens que protagonizavam o movimento eram justamente aqueles que tinham acesso aos privilégios da cultura capitalista, que lhes havia propiciado acesso ao ensino superior e ao mercado de trabalho.

A participação em movimentos contra a ditadura fazem parte dessas atitudes do jovem da época, mas isso já é uma outra história.

O Ato Institucional n. o 5 viria a desbaratar definitivamente a movimentação estudantil. A partir de 1969 as cadeias se enchem de presos políticos. A luta entre torturador e torturado estava travada. O primeiro usando do poder e de requintes de crueldade para extrair informações importantes. O segundo, tentando resistir, muitas vezes até a morte, para manter o sigilo do que sabia.

A derrocada do AI-5 só viria a se concretizar no último dia do ano de 1978. Antes disso, foram os movimentos sociais alimentados por uma profunda insatisfação com os índices econômicos e sociais do país, que levaram adiante o processo de abertura.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS: a história sempre continua

Grande parte dos movimentos sociais e culturais do período estudado, isso fica bem claro nas fontes, foram dirigidos pela e para a juventude. Embalados pelo rock, pelas baladas de estilo folclórico ou pela música de protesto, os jovens se organizavam, a princípio, nas escolas e nas universidades, depois nas ruas, por novas formas de educação, por uma nova postura diante da vida, por uma nova sociedade e acreditavam que podiam mudar o mundo. Os movimentos de contracultura tiveram um grande impacto sobre a música e a literatura do país. A poesia marginal e o tropicalismo denotam alguns dos elementos da nova postura da juventude, nas roupas, nos novos instrumentos, na forma despojada de lidar com a palavra e nas experimentações sonoras e visuais.

A juventude foi uma grande força mobilizadora do período em destaque. Logo após a instauração da ditadura foi, também, a primeira parcela da sociedade a sentir o poder repressor do Estado através das intervenções nas escolas e nas universidades e dos confrontos diretos com a polícia, que levaram à morte de muitos estudantes e causaram cenas de intensa comoção social. O enterro do estudante Edson Luiz, morto em confronto com a polícia no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, em 1968, é um exemplo vivo desse

período de intensos conflitos pois transformou-se em uma passeata que reuniu milhares de pessoas contra a ditadura.

A organização dos jovens dentro dos espaços educacionais foi, aos poucos, se transformando e saiu de dentro das escolas e universidades para se assumir o caráter de movimento político, ideológico, muitas vezes através de movimentos de guerrilha. Muitos dos líderes políticos de hoje nasceram dentro desses movimentos de esquerda. A educação, portanto, representa, também um importante aspecto de investigação dessa história.

O período final da ditadura, entre 1975 e 1984, guarda grandes semelhanças com seu período inicial, pois há novamente um certo espaço aberto às oposições e os limites entre o que é tolerado e o que é interdito tomam-se imprecisos.

A democracia passa, então, a ser valorizada como um objetivo em si e, por ela, a sociedade procura se organizar visando a sua participação no jogo eleitoral, mesmo com limitações. A realidade educacional, no entanto, profundamente afetada pelos anos da ditadura, só muito lentamente voltará a se recuperar. Os movimentos estudantis vão adquirindo consistência e a presença dos jovens na sociedade voltará a se fazer sentir de forma bastante enfática durante a campanha para eleições presidenciais de 1984. É, no entanto, uma outra forma de reivindicação, no sentido de que não há uma preocupação com direita, ou com esquerda, mas representa a sociedade lutando pela sua democratização através da eleição de um presidente da República. Os jovens dessa geração passam à história não como guerrilheiros ou como esquerdistas, mas como os "cara pintadas".

## REFERÊNCIAS

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Trad. Maria Luiza Ribeiro Ferreira. São Paulo: edições 70, 1970.

ANDRADE, Carlos Drummond. **A rosa do povo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1987.

\_\_\_\_\_. **Questões de literatura e de estética**. 2 ed. São Paulo: Unesp/Hucitec, 1990.

**Veja**. São Paulo: Abril. Edições diversas, publicadas entre 25 de setembro de 1968 e 23 de janeiro de 1974.

- Realidade.** São Paulo: Abril, N° 05 a 119. Edições diversas publicadas entre agosto de 1966 e fevereiro de 1976.
- VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou.** 15 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- CARMO, Paulo Sérgio do. **Culturas da rebeldia: a juventude em questão.** São Paulo: SENAC, 2001.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil.** 25 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- CUNHA, Luiz Antonio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil.** 10 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- TEIXEIRA, Anísio. **Educação no Brasil.** 3 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.
- TELLES, Lygia Ragundes. **Verão no aquário.** 11 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1998(a)
- \_\_\_\_\_. **As meninas.** 32 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1998(b)
- CAMPEDELLI, Samira Youssef. **Poesia marginal dos anos 70.** São Paulo: Scipione, 1995.
- LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil.** São Paulo: Ática, 1999.
- BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas.** 4 ed. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Unesp, 1992.
- REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: Difel, 1990.